

## A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI\*

Antonio Thomaz Júnior\*\*

### Resumo

Entender a complexa trama de relações que gravita sobre o trabalho, as mediações que dão sentido e conteúdo às contradições que redefinem constante e intensamente os horizontes geográficos da realização do universo fenomênico em questão, é o que nos ocupa neste texto. Intentamos reconhecer as cisões e as fragmentações presentes na esfera do trabalho, diante das (re)configurações geográficas que ao territorializarem-se nos revelam as fases e as magnitudes da desterritorialização e da reterritorialização que, por sua vez, podem combinar realidades distintas do ser que trabalha, porém encimadas no metabolismo social do capital. Assim referenciados, debatemos neste texto as implicações desse processo na reconstituição das capilaridades internas ao universo do trabalho, considerando, pois, as clivagens que revelam as compreensões enraizadas na subjetividade do trabalho e como isso rebate nas instâncias de organização dos trabalhadores, consideradas na sua pluralidade (operários, camponês, trabalhadores informais...).

**Palavras chave:** trabalho, formas geográficas, território, metabolismo do capital, dinâmica social

---

\* Esse texto reúne reflexões parciais do Projeto de Pesquisa “Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho”, financiado pelo CNPq.

\*\* Professor de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, membro dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e do CEUD/UFMS/Dourados (thomazjr@stetnet.com.br).

### **Abstract**

The aim of this paper is to understand the complexity of relations into the World of Labour; the mediations that give it sense and the contradictions that re-define constantly the geographical horizons of the phenomenal universe in question. We try to recognize the fragmentations of the sphere of the labour, in front of the geographical configurations, which reveal the phases and magnitude of the desterritorialization and reterritorialization. With this referential, we debate the implications of the process in the constitution of the internal capillarity to the universe of the labour. So, we consider the particularities that reveal the comprehensions taken root in the subjectivity of the labour and as it refutes in the instances of organization of the workers, considered in their plurality (workers, peasants, informal workers...).

**Key words:** Labour, Geographical Forms, Territory, Capital Metabolism, Social Dynamic

### **Introdução**

O Mundo do trabalho é palco de profundas mudanças na viragem do século XXI. Desde o Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels explicitando talvez uma das suas principais teses, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, seu caráter tendencialmente social e sua apropriação privada, nos apontaram um longo caminho a ser percorrido em nossas investigações. Em outros momentos essa tese foi reafirmada, na verdade complementada, ao caracterizar a dinâmica do desenvolvimento (econômico e político) do capital com vista a limitar o desenvolvimento social do trabalho, mais propriamente a tendência à diminuição do trabalho imediato (sobretudo com o aumento da composição orgânica do capital) em contraposição à impossibilidade de fazê-lo para todas as esferas da atividade laborativa (produção social), diante da necessidade de sua exploração.

De todo modo, a década de 1990 consolidou uma conjuntura de transformações territoriais, espaciais e sociais decisivas no âmbito da luta de classes.

Por certo, se recuarmos à década de 1970, poderíamos melhor precisar a crise estrutural do capitalismo que marcou no cenário internacional uma fase de relativa estagnação econômica, abarcando, inicialmente, o núcleo do sistema capitalista (Japão, EEUU, Europa Ocidental) e mais os tigres asiáticos e a China, todavia caracterizada por baixas taxas de crescimento, quedas nos investimentos e estagnação de amplas porções da periferia do planeta, especialmente, por conta da crise das dívidas externas, o que foi decisivo para a não integração, nesse primeiro momento, dessa porção do planeta ao chamado processo de globalização.

Como aponta Chesnais (1996), mesmo com a recuperação das taxas de lucros das grandes corporações na década de 1980, não se tem a retomada dos investimentos. Como sabemos, reside sobre essa questão um debate com diversas interpretações, mas seguindo as preocupações deste ensaio, entendemos que diante dos desafios que se apresentavam para a valorização do capital e as garantias para sua marcha “evangelizadora”, o contínuo inchaço dos mercados financeiros parece ter sido a saída para essa situação de crise<sup>1</sup>. É por dentro desses pressupostos e do cenário de crise prolongada que o capital engendrou um conjunto de modificações estruturais e que dinamizaram/estimularam o complexo de reestruturação produtiva do capital, sendo que seus impactos nos dias de hoje atingem frontalmente o processo de trabalho e a organização do trabalho, de forma diferenciada tanto em profundidade quanto em magnitude, países, regiões, atividades econômicas, setores e empresas, etc.

Assim, a ampliação/diminuição dos embates entre os atores sociais e as lutas a eles imanentes, sobretudo no âmbito do

---

<sup>1</sup> Corsi, 2003, apresenta um detalhado rol de argumentos a respeito dos elementos que definiram as decisões do capital e dos investidores para “equacionar” o ritmo, a velocidade e a intensidade dos investimentos e para repor os patamares desejados da valorização de capital.

movimento operário e camponês<sup>2</sup>), nos impõem a necessidade de apreendermos os sentidos e os nexos que esse processo influencia na contemporaneidade do tempo/espaço do século XXI, o mundo do trabalho, o conteúdo do (*novo*) sujeito social do trabalho<sup>3</sup>. Especialmente quando nos colocamos diante do atual eixo do confronto que se estabelece no Brasil, para o mundo do trabalho, no âmbito da luta de classes, tendo à frente os movimentos sociais envolvidos diretamente na luta pela terra e pela Reforma Agrária, mais propriamente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Essa formulação merecerá nossa atenção para futuros aprofundamentos com o devido amparo teórico e empírico, para que possamos compreender a malha social complexa que reflete a característica principal da organização espacial do nosso tempo<sup>4</sup>, ou seja, o conteúdo contraditório da luta de classes, os elementos estruturantes da relação capital-trabalho, os traços inelimináveis da expropriação contínua do mundo do trabalho e a polissemia resultante que impacta direta e profundamente o universo

---

<sup>2</sup> Em Thomaz Jr., A. (2002) e em Thomaz Jr., (2003a), pudemos desenvolver mais amplamente a tese de que a classe trabalhadora no Brasil contém em seu interior o conjunto dos trabalhadores que vivem da venda da sua força de trabalho; como também aqueles que se garantem com relativa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs, os trabalhadores não proprietários dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho domiciliar urbano e familiar na agricultura, e que são inteiramente subordinados ao mando do capital, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares e aqueles que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados, e todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, sob diferentes modalidades de subproletarização (temporário, *part time*, etc.), da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc.

<sup>3</sup> Esse assunto está sendo objeto de reflexões no texto “Heranças e Mudanças Territoriais no Mundo do Trabalho” que estamos redigindo no momento.

<sup>4</sup> Cf. Thomaz Jr., 2002.

simbólico e a subjetividade do trabalho em geral e o movimento operário em particular, que em *Território Minado...*<sup>5</sup>, nos propusemos investigar.

Propomo-nos compreender de forma articulada os rearranjos territoriais que respondem às diversas tramas sociais que, simultaneamente, expressam a dinâmica do modo de produção capitalista e a materialização da reestruturação produtiva do capital nos lugares e os impactos produzidos para o trabalho<sup>6</sup>, numa conjuntura paralisante para a classe trabalhadora, mas que nos dá as pistas para procedermos investigações voltadas à compreensão da dinâmica territorial das novas formas de trabalho em um contexto de exploração ampliada, requisito da valorização do capital.

### **Desafios para o trabalho na viragem do século XXI**

Urge, pois, de nossa parte, coerentes com o enfoque e direcionamento das nossas críticas, construtivas, por certo, ao movimento operário, avançarmos nossas análises também para o âmbito da reprodução social e, portanto, acrescentarmos mais

---

<sup>5</sup> Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho”, Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq, em nível de PQ/2B, e que referencia o conjunto das investigações que estão sendo realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT), sob nossa coordenação.

<sup>6</sup> Em *Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil*, (2001), pudemos desenvolver mais profundamente os laços de relações que foram perdidos diante da alienação e do estranhamento e que tem impossibilitado os trabalhadores do campo e da cidade enxergarem a complexa trama de relações que redimensiona a relação cidade-campo para o trabalho diante da (re)fundição promovida pelo capital e que, em decorrência tem estimulado o alargamento das fileiras dos sem terra, com a presença crescente de trabalhadores desempregados e que já se embrenharam por diversas atividades e colocações no ambiente urbano à ocupação de terras.

elementos para compreendermos a rica e complexa trama social que expressa não somente as formas fetichizadas no plano da política de ação sindical (produção social) e do local de trabalho, mas também e articuladamente, a dimensão fetichizada do cotidiano do trabalho no âmbito da casa, da morada, da reprodução social da vida. O hiato existente entre esses dois mundos (da produção e da reprodução), celebra o impedimento *intransponível* sob o regime do capital, que fragmenta a totalidade ontológica do ser social e que, de fato, marca a subjetividade do trabalho.

No entanto, se por um lado é necessário realizar uma “leitura” que advogue e viabilize a imbricação das esferas da reprodução com a produção, para que se possa ressaltar a apreensão do *metabolismo social do capital*, por outro lado, é necessário iluminarmos a esfera da *reprodução das relações sociais de produção*, como aponta Lefébvre (1973). Isto é, não se trata apenas da re-produção dos meios de produção, mas da re-produção das relações sociais de produção, que para Lefébvre é a “capacidade do capitalismo para se manter, passados os seus momentos críticos” (p.79). Disso concluímos que se faz necessário mais atenção, pois a re-produção das relações sociais de produção “arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (p. 6).

Vale destacar nesse ínterim, o conteúdo social e territorial da luta dos Sem Terra, quando defendem, ao mesmo tempo, o conceito de terra de trabalho e terra de morada. Apesar dos fetiches em relação ao desejo da terra prometida, que contém forte conteúdo de divindade, de místico, o sentido primeiro da luta pela terra e a viabilidade da Reforma Agrária, reúnem esses elementos que substanciam um certo *sentido ontológico* do trabalho, ou seja, produção e reprodução são dimensionados em plano único da articulação da ação política e da compreensão da totalidade social do ser que trabalha.

Essa plasticidade característica ao mundo do trabalho no Brasil, nos põem atentos às investigações e à práxis da pesquisa em Geografia. Esse desenho societal da classe trabalhadora é nossa

principal fonte de inspiração para apreendermos os sentidos do trabalho, os significados disso ao universo simbólico e à subjetividade operária ou de classe para o trabalho, e mais propriamente, às complexas tramas territoriais que têm em seu interior o atual estágio do conflito capital x trabalho e os nexos diretamente ligados ao conteúdo da luta de classes.

Então, diante da multiplicidade de formas de expressão do trabalho que se materializa concomitantemente sob os diferentes arranjos do metabolismo societário, temos os formatos que a sociedade expressa territorial e espacialmente. Os conseqüentes significados que desses cenários extraímos, quando os recortamos para estudar (analisar geograficamente), expressam consoante à especificidade dos lugares, a magnitude e o conteúdo da trama de relações combinadas e contraditórias que nada mais são do que o movimento plural de edificação do mundo do trabalho e o seu devir ontológico.

Se entendemos, então, que cada forma de trabalho “requer” uma arrumação espacial específica há, por sua vez, uma nítida vinculação entre as reformulações que ocorrem no âmbito do trabalho, passando pelas formas proletarizadas (assalariamento clássico), às formas mais expressivas da subproletarização, tais como o trabalho parcial, temporário, domiciliar, informal, etc. Apreender esse processo por meio da “leitura” geográfica é, antes de tudo, aprender a identificar formas, estabelecer parâmetros de localizá-las territorialmente e desvendar o significado dessa ordenação<sup>7</sup>.

Cabe ressaltar que as pesquisas estão nos permitindo compreender que os desdobramentos territoriais e o conteúdo da polissemização do trabalho se expressam em diferentes aspectos e sentidos, porém imbricados geograficamente. Isto é: processos produtivos; formas de contratação; manipulação constante do mercado de trabalho; substituição crescente de trabalho vivo por

---

<sup>7</sup> Em “Por Uma Geografia do Trabalho, (2002b), tivemos a oportunidade de definir os marcos da nossa compreensão sobre Geografia do trabalho.

trabalho morto e o conseqüente *império* do desemprego; novas formas de controle do processo de trabalho e do tecido social pelo capital; formulação de políticas públicas compensatórias; militarização e judicialização da questão agrária<sup>8</sup>; contra-reforma agrária; reformas nos códigos de leis, etc.

### ***Trabalho e controle social do capital***

Certamente as elevadas somas de investimentos de capital e de financiamento do setor público (subsidiado ou não e na forma de políticas públicas), objetivando a transformação tecnológica, produtiva, interferiram sobremaneira na composição social da classe trabalhadora, em todos os ambientes em que a lavra humana se faz presente, seja nos campos, seja nas cidades, alargando pois, o universo de exploração do trabalho, sobretudo, nesse momento, a partir da apropriação efetiva de sua dimensão intelectual<sup>9</sup>. Assim, depreendemos que o processo de valorização e de acumulação do capital ampliou como nunca antes as esferas de atuação do capital e do Estado, para o efetivo exercício do controle social, como forma de viabilizar o projeto de sociedade centrado na valorização de capital, mas com as atenções voltadas para a fragilização da classe trabalhadora. A diminuição de postos de trabalho, o desemprego e as novas formas de estabelecimento do controle sobre o trabalho, mediante os recursos da parceria e da ideologização do operário multifuncional e participativo, colocam em cena novos elementos para a historicidade do movimento operário.

O complexo de reestruturação produtiva tem na idéia de parceria entre capital e trabalho o atributo fundamental para a resolução dos conflitos sociais do trabalho *no chão de fábrica*. Assim, o capital para adquirir e manter novos procedimentos de dominação do trabalho, pressupõe a derrota política e ideológica do

---

<sup>8</sup> Cf. Fernandes e Ramalho, 2001.

<sup>9</sup> A esse respeito ver: Negri e Lazzarato (2001); Dias (1997); Thomaz Jr., 2002b.

trabalho, e para tanto, se lança a transferir as resoluções dos conflitos existentes no âmbito dos sindicatos e dos partidos operários (quando existem) para dentro das empresas.

Nesse sentido, é oportuno ponderarmos que a reestruturação produtiva entendida, então, como um projeto não acabado do capitalismo tardio, já que não constitui uma *nova* hegemonia do capital na produção, é também um poderoso instrumento de desorganização e fragilização das formas de resistência da classe trabalhadora. Alves (2000) contribui sobremaneira para compreendermos que, com o toyotismo, o processo de redefinições das formas produtivas, com mais ou menos profundidade e amplitude impõe a constituição de um novo trabalhador, ou de uma nova subjetividade operária que dê a esse projeto um dinamismo lucrativo e os pré-requisitos para o efetivo exercício do controle social.

A título de exemplo, poderíamos recorrer às reflexões apresentadas por Jinkings (2000), quando aponta os efeitos da subcontratação no setor bancário. Tanto por meio da terceirização, quanto pela execução do trabalho por tarefas ou a tempo parcial, esse expediente atendeu e atende exemplarmente aos objetivos da valorização do capital, pois a um só tempo possibilita os ganhos de lucratividade e impacta intensamente a resistência (mecanismos de defesa) da classe trabalhadora, fragilizando-a, além de fragmentá-la, impondo formas de reprodução estranhadas e fetichizadas do sistema metabólico do capital, minando assim, a organização sindical e esvaziando o sentimento de pertencimento de classe ou esse significado à subjetividade de classe, do trabalho.

Então, muito se materializa territorialmente em nome da restauração de formas e procedimentos de dominação, que contêm novos processos de trabalho, de redefinição dos requisitos de qualificação e (re)qualificação do trabalhador, de (re)definição de políticas públicas, de reformas nos códigos de leis, por exemplo da CLT e das cláusulas trabalhistas e da proteção social da Constituição, bem como dos demais assuntos da agenda social,

como as reformas tributária e previdenciária e os programas sociais do governo<sup>10</sup>.

É imprescindível asseverarmos que as novas formas de exploração da força de trabalho, que submeteram o universo do trabalho em todas as suas dimensões, reafirmaram a manutenção do edifício social sob o referencial da centralidade do trabalho, ou seja, o trabalho continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista.

O trabalho aprisionado ao circuito mercantil ou que produz riqueza para o capital, pode assumir uma multiplicidade de formas materiais. Assim o trabalho abstrato, diante do complexo da reestruturação produtiva do capital que se impõe de forma contundente a partir dos anos 1980, encolhe. Ou seja, os trabalhadores industriais diminuem em quantidade, mas cresce a *franja* da sociedade composta de trabalhadores assalariados em bases precárias ou mesmo não assalariados, mas ligados ao circuito laborativo. O capital tem ampliado mundialmente as esferas do trabalho assalariado e subproletarizado, e da exploração do trabalho, sob as diversas modalidades de precarização, tais como: o subemprego, a terceirização, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, etc.

Poderíamos, então, assumir que o ponto alto da discussão a respeito da centralidade do trabalho vivo hoje é que o regime de acumulação pós-fordista determina e induz a uma difusão social do trabalho, sendo que, longe de desaparecer, o trabalho se espacializa mais amplamente, redesenhando os territórios ou requalificando a todo tempo as dimensões locacionais das esferas de domínio e do poder de classe do capital sobre o trabalho. Como aponta Cocco (2000: 16), "... o trabalho não pára de se difundir no espaço".

Essas mudanças no processo produtivo que repercutem no engendramento da elevação da composição orgânica do capital e nas inovações tecnológicas, induzem uma profunda mudança no perfil da classe operária, onde se têm o fortalecimento e a ampliação de novas formas e controle do processo de trabalho e da

---

<sup>10</sup> Cf. Thomaz Jr., 2003d.

classe trabalhadora, todas voltadas para a valorização do capital. Diante disso não podemos concordar com a tese do fim do trabalho ou da perda de sua centralidade, tampouco com o fim da revolução do trabalho. Pois, enquanto perdurar a sociedade capitalista, seria praticamente impossível imaginar a eliminação da classe trabalhadora enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital.

Diante disso é central e relevante para as nossas reflexões estarmos atentos para as *novas* clivagens e cisões do trabalho, para que possamos entender os rebatimentos para o mundo do trabalho e os desenhos territoriais resultantes que revelam *novos* arranjos sociais e *novas* formas organizativas dos trabalhadores e, conseqüentemente, as dificuldades de o trabalho transpor os limites das fragmentações recorrentes da divisão social, técnica e territorial do trabalho.

É igualmente relevante observarmos que em resposta às teses que propugnam a não centralidade do trabalho, desenvolveu-se uma plêiade de argumentos, nada conclusivos, em respeito à atualidade das teses de Marx, especialmente às relativas ao trabalho imaterial. Ao que nos parece, uma nova escalada de desafios se apresenta em torno do processo imanente do capital de substituir trabalho vivo por trabalho morto. Por certo, nesse momento, a predominância requerida à imaterialidade do trabalho deve pressupor algo que explique a tendência de redução da presença do trabalho imediato como fonte de valorização, sendo que ao mesmo tempo não pode eliminá-la por completo, tendo em vista que a extração de mais-valia requer a apropriação de trabalho vivo.

Mesmo ultrapassando os limites assumidos para este ensaio, é oportuno ponderar que a apropriação do intelecto do trabalhador, ou a intelectualização da força de trabalho, como possível expressão de um novo referencial que passaria a reger a

valorização do capital<sup>11</sup>, deve merecer o cuidado de investigações acuradas.

É de se esperar que os desdobramentos para o plano da subjetividade do trabalho nos reservem muitas surpresas e incógnitas. Os rearranjos em processo na estrutura espacial da produção e as suas representações territoriais enquanto domínio locacional do fenômeno do trabalho ou da classe trabalhadora não se apresentam explícitos ou evidentes no nível da paisagem.

### **Inserção dos atores sociais no universo da classe trabalhadora**

Combatida e negada por alguns e ao mesmo tempo incompreensível e confundida por outros, a subjetividade operária é tema de fundamental importância para refletirmos em profundidade os desafios do trabalho no século XXI. Qualquer tentativa de abordar esse assunto nos exigirá cuidados e atrevimentos, num só ato analítico, sabendo-se, pois, que não se resume tão-somente ao âmbito acadêmico/científico. Os desdobramentos políticos e todo o leque de interpretações que os próprios trabalhadores fazem de si mesmos, os sentidos e os reflexos para a consciência de classe *para si*, a desimportância de tudo isso para os partidos políticos e o foco privilegiado de ações por parte do Estado e das classes hegemônicas, é o que nos estimula a navegar em águas tão profundas e turbulentas. Ainda que esse assunto nos ocupe nas nossas investigações<sup>12</sup>, para este ensaio nos propomos sugerir apenas algumas reflexões por entendermos que as mediações teóricas requerem outros recortes.

---

<sup>11</sup> Queremos entender que as contribuições de Lazzarato, Negri, Vincent, autores filiados à compreensão de uma possível regência do trabalho imaterial, devem ser observadas com mais atenção, até para nos certificarmos da sustentação teórica e empírica da *nova* orientação que o trabalho como relação social central assume, tendo em vista a supressão do trabalho imediato e o conseqüente crescimento e expansão do trabalho imaterial, como ponto cardeal para a valorização do capital.

<sup>12</sup> Referimo-nos às investigações em curso no âmbito do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT).

Defender pressupostos teórico-metodológicos e referenciais epistemológicos e ontológicos, para podermos nos posicionar com segurança na temática do trabalho, nos exige defender também que no âmbito da escala geográfica (enquanto produto das relações sociais) podemos dimensionar a amplitude fenomênica e as contradições que, enquanto concreto em pensamento, conseguimos visualizar, já na forma da expressão territorial do domínio locacional.

Muito se comenta a respeito da unicidade sindical, da polêmica que recobre as diversas interpretações e de uma série de outras travagens que ainda permanecem nos códigos de leis no Brasil (CLT e na própria Constituição), mas pouco se debate sobre a nocividade da identidade do trabalhador se restringir tão-somente a essa ou àquela corporação sindical. É imprescindível também que incluamos à determinação territorial, previamente definida, via de regra, não pela dimensão e intensidade dos conflitos capital x trabalho, mas especialmente pela ânsia de poder entre as entidades sindicais (estimuladas ou não pelo capital), em nome da ampliação da extensão de base e da arrecadação da contribuição sindical, etc. É verdade também o vazio ou a despolitização dessa questão, pois quase sempre comparece desvinculada do encaminhamento de lutas e ações políticas referenciadas na noção de pertencimento de classe. A fragmentação territorial dos sindicatos expressa, pois, antes de qualquer especulação pontual e isolada, a razão da existência alienada do trabalho diante das fronteiras delimitadas muito mais pelo Estado do que pelo eixo central do conflito capital x trabalho, em todas as dimensões territoriais do tecido social, seja no campo, seja na cidade.

Portanto, o movimento sindical e operário ao defender melhores salários, redução da jornada, participação nos lucros e nos resultados, etc., e os movimentos sociais populares, particularmente as frações envolvidas com as temáticas da luta pela terra e pela reforma agrária, da moradia, da saúde, da educação, do gênero, da questão racial, associações de moradores, etc., não associam essas esferas (específicas) com o referencial da luta mais

geral dos trabalhadores sob o capitalismo, ou seja, a luta anti-capital. Cada reivindicação tem sua esfera de identificação fragmentada, territorial, corporativa e socialmente, etc.<sup>13</sup> Dessa forma, o trabalhador não associa o sindicato com a luta por uma escola de qualidade no seu bairro, tampouco questiona as relações de trabalho na associação de bairro, isto é, o viver e o trabalhar estão separados nas práticas de luta e de vida.

Daí, a necessidade de se pensar a imbricação dessas lutas para um caminhar no sentido da superação do imediatismo, da atomização e da institucionalidade, e um permitir-se ao menos à “consciência da ausência de uma luta paradigmática”<sup>14</sup>, isto é, uma luta contra-hegemônica, anti-capitalista e para tanto unificada organicamente, ou seja, capaz de ultrapassar as fronteiras da divisão técnica e territorial do trabalho, além dos limites do urbano e do rural.

Seja nos campos, seja nas cidades, eis o eixo central da intensificação da crescente heteroginização, fragmentação, hierarquização e complexificação do trabalho e as repercussões para a classe trabalhadora, especialmente quando o referencial teórico não está ancorado na “leitura” do trabalho como elemento fundante para se compreender o universo plural do trabalho em categorias profissionais e corporações sindicais, que só fazem engessar, por exemplo, a questão cidade x campo como expressão de dois mundos diametralmente clivados e incomunicáveis, empobrecendo o debate político sobre a reforma agrária e a unificação orgânica no âmbito da classe trabalhadora.

### **Arriscando algumas considerações finais**

A reformulação teórica que apresentamos, ao incluir os camponeses no universo constitutivo da classe trabalhadora, nos possibilita polemizar a respeito das contradições e fragmentações

---

<sup>13</sup> Essa questão pudemos desenvolver em Thomaz Júnior, 2000.

<sup>14</sup> Idéia desenvolvida por Boaventura de S. Santos e que será tratada com maiores detalhes posteriormente.

no âmbito da classe, possibilitando assim a compreensão dos significados e dos sentidos que a luta emancipatória, vinculada às ações dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra estão propagando.

Assim, a *falsa* polêmica em torno da assertiva de que o fato de não ter havido feudalismo no Brasil não autorizaria a existência do camponês nesta porção do planeta e portanto, se torna desnecessário discutir a Reforma Agrária, mantém a sete chaves e empobrecidas as formulações de Marx, e dos marxistas – que se envolveram para entender e combater a economia política –, tendo em vista que o caráter residual e atrasado dos excluídos do campo tem que ser focado por meio de políticas públicas específicas para viabilizar a inserção mercadológica dos pequenos produtores familiares ao circuito mercantil, etc<sup>15</sup>.

Nesse flanco teórico, mas *supostamente* em campos diferentes do universo ideológico, encontram-se de um lado, setores da esquerda brasileira, especialmente filiadas ao ideário do Partido Comunista e do marxismo-leninismo de cariz *stalinista*, e de outro lado, defensores da estrutura latifundiária, ou os *senhores da terra* (senhores da guerra) – parodiando Regina Bruno<sup>16</sup> - representantes do que há de mais atrasado e perdulário na sociedade brasileira, especialmente articulados no âmbito da UDR, como também, mas em menor escala, os componentes do *agribusines* e outras instâncias da agropecuária.

Simpatias e antipatias para ambas as *trincheiras* - apesar de haver muitas ramificações em todas as direções por meio da formação de posições intermediárias e combinadas -, o fato é que do ponto de vista da práxis e da realidade da classe trabalhadora, tanto faz se a defesa, tendencialmente mais ideologizada (no campo da esquerda), ou mais empírica e também ideologizada, mas que se ampara na defesa de posturas conservadoras e de direita, da

---

<sup>15</sup> Prado Jr., 1974.

<sup>16</sup> “Senhores da Guerra – A nova face política das elites agroindustriais no Brasil”, é o título do excelente livro de Regina Bruno. Rio de Janeiro: forense Universitária, 1997.

*neutralização/excomunicação* dos conflitos no campo, o que importa é que não reconhecer a existência do camponês significa ignorar a potencialidade e a sociabilidade de um ator social historicamente afeito à resistência no tocante à submissão ao capital e à manutenção de sua identidade, apesar da trajetória marcada por intensa mutilação cultural e dominação política e econômica<sup>17</sup>.

Por certo, o cenário do Brasil de hoje, herdado de um projeto que modulou valores e atributos que, em profundidade, impactaram o universo do trabalho, não deixou por menos ao fazer valer seus referenciais no governo atual, diante da composição da aliança política que se apresenta com um semblante *verde-água*<sup>18</sup>, algo característico da *ex-esquerda* que compõe o governo Lula, especialmente os quadros do PT. É mais certa ainda, a manutenção dos referenciais das políticas públicas que substituem a política de Reforma Agrária enquanto conquista da classe trabalhadora, pelo desenvolvimento rural<sup>19</sup>. Ou quando muito, setores influentes do atual governo entendem que, no limite, a Reforma Agrária, não pode ser essencialmente agrícola, pois a possibilidade de se viabilizar, mediante políticas públicas, atividades turísticas e de prestação de serviços no campo, é o caminho mais curto para *resolver* a questão agrária no Brasil.

É essencial, portanto, que tenhamos clareza das principais capilaridades e vértices comunicantes que expressam a atual conjuntura, para que possamos compreender, a partir das mediações, as ligações dialéticas existentes com as múltiplas determinações do processo metabólico do capital que reúne sob seu comando todas as esferas da convivência em sociedade: social, política, econômica, cultural, etc. É assim, então, que imaginamos haver uma íntima relação entre as redefinições que estão em marcha no âmbito do movimento metabólico do capital e suas diversas e heterogêneas manifestações, nos campos e nas cidades.

---

<sup>17</sup> Cf. Oliveira, 1991; Fernandes (2000); Carvalho Filho (2001).

<sup>18</sup> Cf. Thomaz Jr., 2003.

<sup>19</sup> Idem.

Se no campo ou na cidade, o trabalho encontra-se sob o foco constante e certo do capital, isto é, fragilizado, subsumido, subordinado e dominado, sendo que a questão da emancipação social emerge e cobra de todos posicionamentos claros e comprometidos.

Vencer os limites da ortodoxia que aprisiona o enfoque aos referenciais de uma época em que a teoria refletia a complexidade do movimento do real de então, outros arranjos societários e a própria dinâmica da sociedade requerem nossas atenções para o movimento contraditório e ininterrupto do real, constantemente modificado, ou seja, síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade. Daí ser necessário emprendermos coerentemente os vínculos da práxis social como forma de obtermos, por meio do concreto em pensamento as pistas para compreendermos as fissuras e as complexidades que povoam a classe trabalhadora em todas as dimensões de sua existência, tanto objetiva quanto subjetivamente. Se proletários (urbanos e rurais); se camelôs; se trabalhadores inscritos na informalidade (urbana e rural); se camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; se trabalhadores que lutam por terra, e todas as demais combinações que se expressam sob diferentes modalidades de subproletarização, está em foco apreendermos o conteúdo da classe trabalhadora, o que nos autoriza, em via de mão dupla, entender os sentidos do trabalho. Somente assim conseguiremos contribuir com o debate crítico sobre a condução da luta operária no Brasil

Portanto, cabe a nós ampliarmos nosso campo de visão, sem magias ou paixões desenraizadas, para focarmos a complexa composição do mundo do trabalho, a fim de que nossas críticas tenham endereço certo e conhecido e que sejam capazes de influenciar positivamente a condução das lutas de resistência e anti-capital.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, G. **Os Limites do sindicalismo – Marx, Engels e a crítica da economia política**. Londrina: Práxis, 2003.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO JÚNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Xamã, 2000.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COCCO, G. Giuseppe Cocco, “**Trabalho e Cidadania**”. São Paulo: Cortez, 2000.

DIAS, E. F. A liberdade impossível na ordem do capital – reestruturação produtiva e passivização. **Textos Didáticos**, n.29, setembro de 1999. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.

FRANCO GARCÍA, M. e THOMAZ JÚNIOR, A. Gênero e território da luta pela terra do na era do fim do emprego. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano V, N.7, 2003. Salvador. pp. 86-98.

FONTENELLE, I. **O nome da marca**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: São Paulo: Loyola, 1993.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

LEFÉBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LESSA, S. **Trabalho e ser social**. Maceió: Edufal, 1997.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. (Coleção Temas de Ciências Humanas).

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de o Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, R. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. **Revista Geográfica**. Bauru, n.19, p. 18-21, 2001a.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura brasileira: as transformações recentes**. São Paulo: SPM/CEM, 1994.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIBEIRO, J. C. & THOMAZ JÚNIOR, A. Entre a sepultura e a trincheira: o movimento sindical e a exclusão social. **Revista Novos Rumos**, Nº 35. São Paulo, agosto de 2001.

SMITH, N. Contornos de uma luta política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. IN: THOMAZ JÚNIOR, A. & RIBAS, A. D. Cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST: uma contribuição para a geografia do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n.2, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos Sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo/FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. **Pegada**, v.3, número especial, agosto de 2002. Presidente Prudente, CEGeT, 2002b. Disponível também: [www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget)

THOMAZ JÚNIOR, A. O Mundo do Trabalho e as Transformações Territoriais: Os Limites da 'Leitura' Geográfica. **Revista Ciência Geográfica**. Ano IX, Vol. IX, N.1, jan./abr. AGB/Bauru. Bauru, 2003a.

THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista de Geografia**, ano IX, N.17, janeiro-junho de 2003. Dourados/UFMS, 2003b. p. 15-22.

THOMAZ JÚNIOR, A. O metabolismo do capital no campo no Estado de São Paulo: Fragmentação e alienação do trabalho. IN: BATISTA, R. L. & ARAÚJO, R. **Desafios do Trabalho – capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis, 2003c.

THOMAZ JÚNIOR, A. e FRANCO GARCÍA, M. Trabalhadoras Rurais e Luta Pela Terra: Interlocação Entre Gênero, Trabalho e Território. **Revista Terra Livre**, Ano 18, N.19, jul./dez., 2002. ISSN 0102-8030. p. 257-272.